



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONAR SE
PUBLICAR SE
EXPECIA-30

28/07/98

Demétrio Pacheco

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 940/VII(4.a) - AC

Assunto: Segurança no trabalho dos profissionais de saúde.

O Decreto-lei nº. 53A/98 de 11 de Março vem regulamentar as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade. A esse propósito e dada a necessidade de regulamentação fiz o Requerimento 915 de Outubro de 1998, que não mereceu resposta.

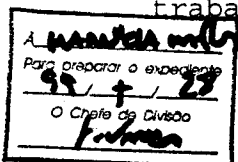
O Estado tem a obrigação em dar o exemplo do estrito cumprimento das normas de segurança no trabalho, especialmente em profissões que estão sujeitas a um risco acrescido, como acontece com os profissionais da saúde.

A esse propósito há 4 anos foi feito um estudo sobre as concentrações de gases anestéticos nos blocos, com resultados preocupantes. Nos últimos tempos têm sido noticiados episódios de médicos, enfermeiros, técnicos e outros trabalhadores que têm contraído doenças infecto-contagiosas, aparentemente, contraídas nos locais de trabalho.

No Hospital Egas Moniz, por exemplo, existe a referência de 7 pessoas contaminadas, 4 empregados, dois auxiliares do refeitório e 1 enfermeiro terem viragem tuberculínica e um deles ter contraído tuberculose, apontando-se como responsável o deficiente funcionamento de um sistema de pressão negativa, aí desenvolvido exactamente para prevenir este problema.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, o Deputado abaixo assinado solicita ao Ministério da Saúde, as seguintes informações:

- Para quando a regulamentação do Decreto-Lei nº. que permite por um lado garantir as condições de segurança no local de trabalho e por outro regular os subsídios de risco?
- Qual a razão para a não aplicação da lei pelo Ministério da Saúde?
- Quantos profissionais do Ministério da Saúde é que o estado da saúde está a ser investigado por doenças contraídas no local de trabalho?



- de quem é a responsabilidade dos problemas causados com o sistema de pressão negativa no Hospital Egas Moniz e o que foi feito para o ultrapassar?

Palácio de S. Bento, 27 de Julho de 1999

O Deputado



Jorge Paulo Roque da Cunha